

“Tá vendo aquele edifício, moço? Ajudei a levantar”: ecos da ralé brasileira e o estado de bem-estar social

Wesley dos Santos Lima

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Especialista em Ciências Humanas e Sociais (UFPI) e Licenciado em História (UFOB). E-mail: lima.wesley@uft.edu.br

Alex da Silva Pizzio

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. Atualmente é docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Universidade Federal do Tocantins. E-mail: alexpizzio@gmail.com

José Rogério Lopes

Doutor em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional- Universidade Federal do Tocantins. E-mail: jsrgrlopes@gmail.com

RESUMO

O presente estudo visa discorrer sobre a tessitura das desigualdades sociais no Brasil, engendradas a partir da colonização, da escravidão e do extermínio de povos em solo brasileiro, relacionando-as com o Estado de bem-estar social. Objetiva-se analisar a trajetória do povo brasileiro partindo da invasão dos europeus na ilha Brasil, tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica com o uso de livros clássicos e artigos que versam sobre o tema. Ademais, o material coletado e as análises realizadas demonstraram que o Brasil, apesar de ser um território copioso em diversidade cultural, étnica e social, mantém as cicatrizes da colonização e do escravismo, estas que podem ser observadas com base nos índices de pobreza, desemprego e na estrutura das periferias em grandes centros urbanos, formando uma ralé brasileira, excluída e desigual, resultantes das mazelas do colonialismo.

Palavras-chave: Desigualdades sociais; Colonialismo; Povo brasileiro; Ralé brasileira.

“See that building, man? I helped to get up”: echoes of the Brazilian rabble and the welfare state

ABSTRACT

The present study aims to discuss the fabric of social inequalities in Brazil, engendered from colonization, slavery and the extermination of people on Brazilian soil, relating them to the Welfare State. The objective is to analyze the trajectory of the Brazilian people starting from the invasion of the Europeans in the island Brazil, having as methodology the bibliographical research with the use of classic books and articles that deal with the subject. In addition, the material collected and the analyzes carried out showed that Brazil, despite being a rich territory in cultural, ethnic and social diversity, maintains the scars of colonization and slavery, which can be observed based on the indexes of poverty, unemployment and in the structure of the peripheries in large urban centers, forming a Brazilian rabble, excluded and unequal, resulted from the ills of colonialism.

Keywords: Social inequalities; Colonialism; Brazilian people; Brazilian rabble.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo utiliza como título a música “Cidadão”¹, composta por Lúcio Barbosa e cantada por Zé Geraldo em 1979, reconhecida nacionalmente pela voz do cantor Zé Ramalho, para descrever as desigualdades sociais no Brasil, partindo da invasão dos portugueses, e adentrando no debate atual no que tange ao Estado de bem-estar social e a exclusão dos povos minoritários.

Para tanto, tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica com o uso de livros clássicos e artigos que versam sobre o tema, relacionam-se nesse estudo algumas questões que marcam a tessitura da sociedade brasileira, seja pela formação do seu povo e de suas identidades, marcadas pela exploração, pelo trabalho escravo e pela ausência do estado, ou até mesmo mediante a construção de grupos sociais denominados ralé – termo este que não está sendo empregado aqui no sentido pejorativo, mas no sentido dado por Souza (2020), de modo reflexivo, ao discorrer sobre grupos marginalizados e invisibilizados socialmente no Brasil, sobretudo negros e indígenas, como ficará explícito no decorrer da discussão.

Destarte, é necessário destacar o encandeamento das ações que culminaram na gestação do Brasil e do seu povo. Nesse sentido, e de acordo com Ribeiro (2015, p. 17), o surgimento do Brasil e de seu povo parte da “confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos”. Em um país erguido e movido por invasores que ou escravizaram, ou exterminaram povos nativos, tendo sido uns expulsos de suas terras nativas (como os africanos), há na atualidade o reflexo e os ecos dessa história iniciada há cinco séculos.

E por “ecos da história” entende-se toda a construção social dada, seja pelo preconceito e pela discriminação com os povos indígenas, negros e quilombolas, seja pela ausência destes em cargos de trabalho bem remunerados, ou pela presença ínfima nos espaços acadêmicos e de pesquisa e, principalmente, pela marginalização desses sujeitos que antes eram repelidos pelos portugueses e agora são repelidos pelo Estado brasileiro.

¹ A canção Cidadão narra a trajetória de um homem trabalhador que contribuiu para a construção de espaços, como um edifício, uma escola e uma igreja. No entanto, esse homem é impedido de usufruir desses espaços por sua condição de pobreza e discriminação. A canção se configura como uma expressão artística que denuncia a situação de opressão e marginalização social dos trabalhadores.

Por conseguinte, utilizando de autores clássicos e contemporâneos para construir a narrativa almejada, tais como Darcy Ribeiro, Caio Prado Junior, José Carlos Reis e Jessé Souza, entre outros referenciais bibliográficos, a pesquisa se estrutura em seis seções que excedem a referida introdução. Na primeira seção, descreve-se a formação do povo brasileiro, destacando o processo de colonização e miscigenação entre os povos. Já na segunda seção, descrevem-se as identidades e representações do brasileiro segundo diversas óticas teóricas. Na terceira seção, considera-se avançar na história, considerando alguns debates que tratam da vida material do brasileiro, sobretudo os relacionados à economia, agricultura e comércio no Brasil colônia.

Na quarta seção é realizada a análise do “descobrimento do Brasil” que resultou em uma ralé brasileira e o papel do Estado de bem-estar social para amenizar as desigualdades sociais. Já na quinta seção, retoma-se a discussão sobre a ralé brasileira como principal força predominante para o funcionamento e estruturação do que se conhece como sociedade brasileira. Ademais, na sexta seção apontam-se as considerações finais e reflexões das descrições e análises apontadas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O povo brasileiro

A História do Brasil é marcada por intensos debates no campo dos estudos culturais e da historiografia oficial. Ambos retratam como esta história escrita pelos vencedores emaranhou-se de falácias europeias que tratam sobre desenvolvimento da Ilha Brasil e a ascensão cultural dos povos nativos, vistos como “índios” néscios e desprovidos do conhecimento do homem branco. Acerca dessas percepções, Ribeiro (2015) elabora de modo tangível algumas considerações para melhor compreender a formação do povo brasileiro. Nesse aspecto, assentados à matriz portuguesa, o Brasil antes de 1500 já estava configurado por um grande número de povos indígenas. A introdução dos povos europeus nesse território, considerada como a “descoberta” do que seria conhecido como país, acarretou em mudanças brutais e estruturais na configuração societária dos povos originários.

De acordo com Ribeiro (2015, p. 25), nesse cenário surge um novo protagonista que, “embora minúsculo, o grupelho recém-chegado de além-mar era

superagressivo e capaz de atuar destrutivamente de múltiplas formas. Principalmente como uma infecção mortal sobre a população preexistente, debilitando-a até a morte”. É a partir da costa atlântica que essa destruição populacional tem início.

A entrada dos europeus na ilha Brasil produziu um choque cultural, como também um choque epidemiológico. Isto porque “a indiada não conhecia doenças, além de coceiras e desvanecimentos por perda momentânea da alma. A branquitude trazia cárie dental à bexiga, à coqueluche, à tuberculose e ao sarampo” (RIBEIRO, 2015, p. 37).

De modo geral, considera-se enfatizar que dado à historiografia oficial, o povo brasileiro é a formação étnica originária e predominante antes da invasão portuguesa, ou seja, o povo brasileiro são os indígenas. A inserção dos europeus e de todas as mazelas oriundas da invasão culminou no extermínio populacional desses grupos originários e, após isso, iniciou-se a construção de um novo modelo societário, por conseguinte, de uma nova instituição social. Diante disso, considera-se destacar que:

A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o *cunhadismo*, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam como todos os membros do grupo (RIBEIRO, 2015, p. 63).

Para Moreira (2015, p. 22), o *cunhadismo*, termo utilizado por Darcy Ribeiro, tratava-se de uma política entre indígenas e portugueses que ocasionou novas regras ao matrimônio indígena, uma vez que “quando os índios se uniam com cônjuges não índios, isso poderia gerar diferentes formas de inclusão e adaptação social dos contraentes indígenas e até mesmo redefinir a condição étnica, social e civil da prole”.

Concebe-se a partir dessas novas relações um novo povo, estruturado etnicamente por grupos indígenas e europeus. Posteriormente a esse arranjo societário, haveria a entrada de outro grupo étnico. Escravizados e tratados para servirem de mão de obra, assim como os indígenas já estavam sendo utilizados da mesma forma pelos europeus, “os negros do Brasil foram trazidos principalmente da costa ocidental africana” para substituir a mão de obra escrava indígena (RIBEIRO, 2015, p. 86).

Ademais, os povos negros aqui inseridos foram “caçados” na África, tendo em vista a expansão do comércio açucareiro e da mão de obra escrava. Esses povos “passam a chegar a levas, sendo que a caçada de negros na África, sua travessia e a venda aqui passam a constituir o grande negócio dos europeus, em que imensos capitais foram investidos [...]” (RIBEIRO, 2015, p. 120). Com isso, nota-se um padrão comportamental dos europeus, que consistia em produzir o máximo de capital por intermédio do trabalho escravo.

Além disso, a junção desses três grupos irá constituir e possibilitar a gestação de um povo singular. Nessa conjuntura de agrupamento e de um povo forjado na escravidão sanguínea, dos engenhos e das minas, concebe-se e consiste o povo brasileiro retratado por Ribeiro (2015).

A assunção de sua própria identidade pelos brasileiros, como de resto por qualquer outro povo, é um processo diversificado, longo e dramático. Nenhum índio criado na aldeia, creio eu, jamais virou um brasileiro, tão irredutível é a identificação étnica. Já o filho da índia, gerado por um estranho, branco ou preto, se perguntaria quem era, se já não era índio, nem tampouco branco ou preto. Seria ele o protobrasileiro, construído como um negativo feito de sua ausência de etnicidade? Buscando uma identidade grupal reconhecível para deixar de ser ninguém, ele se viu forçado a gerar sua própria identificação (RIBEIRO, 2015, p. 98).

A transfiguração das identidades e de suas matrizes corroborou a invenção de um território no qual se tem a predominância de *hibridismos culturais* (CANCLINI, 2000). Neste território, tantos os indígenas como os negros se veem como estranhos e sem pertencimento. Destarte, “numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguentude de não índios, não europeus e não negros, que eles se veem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira” (RIBEIRO, 2015, p. 99).

2.1.1 As identidades do Brasil

O imbróglio dos embates que perpassam a concepção sobre identidades revela uma temática que é contemporânea e extremamente necessária quando relacionada à representação, ao reconhecimento e à alteridade de um povo. Trata-se de um conceito amplo, complexo e volúvel.

Nesse aspecto, circunscreve-se que, de acordo com Lima (2017), o uso da expressão “identidade”, no singular, e “identidades”, no plural, marca uma distinção

conceitual que faz parte da história das ideias. No singular, “identidade” faz referência a uma maneira de se conceber um sujeito que apresenta uma estrutura estática, imutável. Já no plural, o termo “identidades” vem sendo utilizado a partir da década de 1960, por autores que tratam dos chamados estudos culturais.

Dessa forma, a discussão que abarca as identidades pauta-se, sobretudo dentro de uma perspectiva dos estudos culturais, em duas abordagens: identidade e diferença. A partir desta distinção que se pode falar em identidade negra, identidade indígena ou em identidade brasileira. Acerca desta temática, Stuart Hall já questionava “Onde está, pois, a necessidade de mais uma discussão sobre a identidade? Quem precisa dela?” (HALL, 2000, p. 103). Talvez a resposta para essa indagação, atrelada a este estudo, seja: as minorias necessitam do debate identitário, em especial a população negra, quilombola e indígena, portanto, a ralé brasileira.

Durante todo o século 19 e até a década de 1920, o paradoxo da identidade nacional brasileira vai ser materializado, precisamente, com base na impossibilidade, num contexto histórico em que o racismo possui ‘prestígio científico’ internacional, de se construir uma ‘imagem positiva’ para um ‘povo de mestiços’. O mestiço, o mulato no nosso caso, vai ser, muitas vezes, percebido como uma degeneração das raças puras que o compõem, sendo formado pelo o que há de pior tanto no branco quanto no negro enquanto tipos puros (SOUZA, 2020, p. 43).

A historiografia revela que a identidade brasileira foi calcada como consequência da representação eurocêntrica e, portanto, embranquecida. As identidades dos povos do Brasil foram alvo de um processo de esvaziamento estético e cultural, o que culminou na construção de um imaginário social no qual a negritude, os indígenas e quilombolas, juntamente com suas representações artísticas, religiosas, estéticas etc., foram tidas como negativas, forjadas, principalmente em discursos racistas e pejorativos sobre esses sujeitos.

Munanga (2012) tece ressalvas sobre esse processo, dando destaque para os povos negros. Para o autor, é necessário resgatar a origem da história dos povos negros, fragmentando a visão e narrativa imposta por uma hegemonia branca e colonizadora. Nesse sentido, ao discutir sobre a noção de identidade brasileira e suas representações, deve-se, por conseguinte, “resgatar sua plena humanidade e autoestima destruída pela ideologia racista presente na historiografia colonial”

(MUNANGA, 2012, p. 9). E ao tratar de racismo, inclui-se no debate não somente o racismo aturado pelos povos negros vindo de África, mas também o dos indígenas.

Acerca disso, Silva (2014) nos revela que a identidade, além de estar associada à alteridade, isto é, necessita da diferença para compor-se, esta também é classificada como um sistema simbólico que envolve uma performance. Para desenvolver sua concepção de performatividade associada à identidade, o referido autor alude teoricamente à Butler (1999), para quem os “atos performáticos que reforçam as identidades existentes podem significar [...] a possibilidade da interrupção das identidades hegemônicas. A repetição pode ser interrompida. A repetição pode ser questionada e contestada” (SILVA, 2014, p. 95).

Sendo assim, destaca-se como, a partir da interrupção, logo, da inserção de grupos que foram excluídos historicamente, impedidos de praticar seus ritos, suas artes, suas performances, é que se vislumbra a possibilidade de rompimento das relações de poder regidas pelos grupos colonizadores hegemônicos. Para Souza (2020, p. 37), a questão da identidade nacional “é uma espécie de ‘mito moderno’ [...], como sinônimo de ‘imaginário social’ ou seja, um conjunto de interpretações e de ideias que permitem compreender o sentido e a especificidade de determinada experiência coletiva”.

Diante disso, vale destacar algumas observações pontuadas por Reis (2007). Este autor, na busca por compreender a formação das representações brasileiras, isto é, da construção do Brasil-nação, elabora uma narrativa sistemática que envolve a complexidade e a pluralidade do Brasil enquanto território vivo. Acerca disso, é plausível ponderar que:

O Brasil é um país vasto, complexo, contraditório e extremamente dinâmico, o que impede que se possa ter uma representação consensual, homogênea, estável de sua identidade nacional. Quem somos, o que fomos e o que queremos ser? O que significa a afirmação “sou brasileiro”? Qual conteúdo empírico dessa emoção? A resposta depende do sujeito histórico que toma a palavra. Pode-se pensar o Brasil de múltiplos modos e todos sustentáveis com uma argumentação coerente e reconhecível. Há versões do Brasil de origem senhorial, burguesa, proletária, classe media camponesa, sem-terra, paulista, mineira, caipira, urbana, suburbana, litorânea, sertaneja, oficial, marginal, militar, civil etc. (REIS, 2017, p. XVIII).

E é com essas variações de Brasis e de identidades brasileiras múltiplas, resultantes das colonizações sobre esse território e inegavelmente do processo de miscigenação e de hibridismo cultural, que se afirma que grande parte das versões

apresentadas por esses povos foram silenciadas. Desse modo, dessas versões identitárias, “a maioria delas ainda não foi formulada, pois o povo brasileiro foi silenciado e não efetivamente representado na vida intelectual e política ao longo dos seus cinco séculos de vida” (REIS, 2007, p. XVIII).

2.1.2 Estrutura econômica colonial

A estrutura do encadeamento da colonização baseava-se, sobretudo, em alguns pilares de conquistas, sendo eles: o acúmulo de riquezas por meio da escravidão; a expansão territorial dos portugueses para além do litoral; e uma relação comercial mercantil pautada pelo escravismo colonial. Acerca disso, é necessário discorrer sobre os principais aportes nos quais a economia colonial do Brasil estava sendo assentada.

Com efeito, e de acordo com Fragoso (1992) em sua tese intitulada “*Homens de grossa aventura*”, propõe-se que no Brasil havia uma acumulação primitiva de capital, que era fechada a núcleos familiares no período colonial. Fragoso (1992) aborda que os “homens de grossa aventura” eram os homens que vinham de Portugal e consolidavam sua riqueza no Brasil, e essa riqueza era provida do fomento de um mercado interno de cereais, sobretudo de produtos que não eram para exportação.

Por conseguinte, têm-se os estudos copiosos de Prado Junior (2011), que considerou dar destaque para o sentido da colonização. De acordo com o autor, o intento da colonização era o de “uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais e minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 123).

O supracitado autor analisa ainda os pilares econômicos do Brasil, baseando-se em três principais: *plantations*, monocultura e escravismo, justificando-se pela ideia de que a economia colonial era movida por um mercado agroexportador. Nesse sentido, a riqueza do país só acontecia pela comercialização dos produtos que eram levados ao exterior. Nessa lógica, Prado Junior (2011) perpassa pelo pensamento teórico dos ciclos que eram analisados por três dimensões.

[...] o elemento fundamental será a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos. Esse tipo de organização agrária, que corresponde à exploração agrícola em larga escala, em oposição à pequena exploração do tipo camponês, não resulta de uma simples escolha, alternativa eleita

entre outras que se apresentavam à colonização. E é de todo interesse, para avaliar a profundidade com que penetram as suas raízes, indagar das causas que o determinaram. Dando à organização econômica da colônia essa solução, a colonização portuguesa foi estritamente levada pelas circunstâncias em que se processou, e sofreu as contingências fatais criadas pelo conjunto das condições internas e externas [...] (PRADO JUNIOR, 2011, p. 123 – 124).

A esse modelo econômico colonial e monocultural que a teoria dos ciclos será atribuída, qual seja: o ciclo do pau-brasil, no qual se tinha como mão de obra principal o trabalho indígena, que fazia todo o serviço brutal de extração da madeira; posteriormente, o ciclo da economia açucareira e da monocultura, com a exploração das terras nas mediações do litoral, as quais eram férteis e bastantes produtivas para o cultivo; e o terceiro ciclo da mineração, que tinha como mão de obra principal o trabalho escravo.

A grande exploração agrária — o engenho — é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar neles os gêneros que aquele centro reclama e que só eles podem fornecer. São esses, em última análise, os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil colônia. **Os três caracteres apontados: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo são formas que se combinam e se complementam; e derivam diretamente e com consequência necessária daqueles fatores** (PRADO JUNIOR, 2011, p. 123 -124, grifo nosso).

Posto isso, e segundo Lima (2008, p. 119), “nesta dimensão, o lugar central ocupado pela grande exploração, voltada para produzir e exportar gêneros tropicais ou minerais de alto valor no mercado internacional, afirmando mesmo que tudo mais”, e concordando com (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 119) “[...] será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial”. Dessa forma, observa-se que a função primordial e característica da colonização “seria a grande unidade produtora, reunindo numerosos contingentes de trabalhadores escravos e dirigida pelo colono branco, que personifica a figura do ‘empresário’ explorador de grande negócio” (LIMA, 2008, p. 119).

Ademais, nota-se nesse período também o desenvolvimento de outros setores dissociados da grande exploração imposta. Assim, tem-se nesse mesmo território uma agricultura de subsistência, desempenhada como:

O papel secundário a que o sistema econômico do país, absorvido pela grande lavoura, vota a agricultura de subsistências, e que parece ter ficado bem caracterizado, cria um problema que é dos mais sérios que a população colonial teve de enfrentar. Refiro-me ao abastecimento dos núcleos de povoamento mais denso, onde a insuficiência alimentar se tornou quase sempre a regra (PRADO JUNIOR, 2011, p. 171).

Todos esses fatos e apontamentos nos levam a apreender que a economia no Brasil colônia foi determinada pela lógica da acumulação territorial, ou seja, de posses de terras para plantação, produção e comercialização, tendo como foco a exportação e o ganho comercial, assim como apontado por Prado Junior (2011). Em contrapartida, ao observar as reflexões classificadas por Fragoso (1992), temos a inclusão de um elemento primordial na colônia, baseado em um comércio interno de produtos, uma vez que a economia no período colonial não era sólida com base no exterior, por conseguinte necessitava também de uma autonomia nos setores econômicos internos.

Igualmente, de modo sinóptico, temos um panorama das relações econômicas existentes no período colonial. Enfatiza-se como a mão de obra escravizada, negra ou indígena, teve um papel basilar para a garantia dos interesses dos portugueses sob o território brasileiro, que foram de dominação, apropriação, acúmulo de bens e de expansão territorial. Esse conjunto ordenado de ações para usurpar da terra todo o fruto que ela permitiu oferecer condicionou o estabelecimento das relações sociais existentes no Brasil de hoje.

2.1.3 Estado de bem-estar social para a ralé brasileira?

As primeiras discussões acerca do Estado de bem-estar social— ou do *Welfare State* — são datadas no final do século XIX, e mais precisamente no século XX, “empregada originalmente pelo político inglês, Alfred Zimmern, nos anos 1930, para contrastar a evolução do Estado britânico, de um *powerstate* para um *welfare state*” (KERSTENETZKY, 2012, p. 1). Contudo, o conceito de Estado de bem-estar social não pode ser reduzido à concepção original de Zimmern, uma vez que este é usado no debate contemporâneo como um Estado que provém “um conjunto de programas governamentais para assegurar o bem-estar dos cidadãos face às contingências da vida moderna, individualizada e industrializada” (PRADO, 2013, p. 314).

No Brasil, o Welfare State surge “com o caráter de regular aspectos relativos à organização dos trabalhadores assalariados dos setores modernos da economia e da burocracia” (MEDEIROS, 2001, p. 5). De modo geral, pode-se entender o Estado de bem-estar social como:

[...] um tipo de organização política e econômica onde o Estado se coloca como um agente de proteção e defesa social e organizador da economia. Nos países em que foi implementado, o *Welfare State* assumiu como objetivo garantir padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social aos cidadãos. Nestes casos, o Estado assume a responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos, o que implica em transferências monetárias e de serviços, invariavelmente redistributivas. (BEZERRA, 2015, p. 5).

Nessa perspectiva, pondera-se acerca do desenvolvimento e da organização do Estado do bem-estar social brasileiro, e se este tem garantido os padrões mínimos de existência para os sujeitos desfavorecidos. Os primeiros traços iniciais de ações afins no Brasil foram designados para “servidores do Estado, civis e militares, nas últimas décadas no século XIX, progressivamente estendidas aos empregados da indústria e do comércio ao longo da primeira metade do século XX” (KERSTENETZKY, 2012, p. 177).

Medeiros (2001) ressalta que é a partir da década de 1930 e até 1964 que o Brasil pôde iniciar sua trajetória no *Welfare State*, principalmente através da “regulamentação e na promulgação de leis referentes às condições de trabalho e à venda da força de trabalho [...] [ademais,] as políticas surgidas no Brasil, no início dos anos 1920, já constituíam um esboço da formação do *Welfare State* brasileiro, cuja função era atuar como instrumento de controle dos movimentos de trabalhadores no país” (MEDEIROS, 2001, p. 9). Esses movimentos buscavam legitimidade e exigiam por melhores condições de trabalho.

Com isso, observa-se uma estratégia governamental que antecipava “algumas demandas, o que favorecia os grupos profissionais de maior influência política para, assim, restringir a liberdade das lideranças trabalhadoras nas reivindicações sociais e limitar a capacidade de mobilização dos trabalhadores em geral” (MEDEIROS, 2001, p. 9).

Ademais, notam-se com essa consolidação do Estado de bem-estar no Brasil, bases sólidas para um sistema de seguridade social, expressa na criação de legislações trabalhistas, de políticas que regulamentavam a jornada de trabalho, a

aquisição e o direito a férias, e salário remunerado no caso de trabalhadores afastados por motivo de saúde ou acidentes de trabalho. Contudo, o avanço do *Welfare State* brasileiro demonstra o papel do Estado como poder principal para a garantia dos direitos dos cidadãos. Com isso, outro ponto relevante desta discussão é compreender quais sujeitos foram e tem sido, de fato, beneficiados pelas ações que garantem o bem estar-social.

Nessa perspectiva, e para Kerstenetzky (2012, p. 190), é no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que o Brasil vislumbra, “pela primeira vez em sua história, [...] políticas sociais nacionais, [...] tanto a legislação trabalhista quanto a seguridade social [...] devidamente constitucionalizadas nas Cartas de 1934 e 1937”. Além dessas pautas, no governo de Vargas que há a inserção do debate sobre uma política de salário-mínimo e que em 1943 foram consolidadas pela legislação trabalhista (CLT) e pela previdência social (KERSTENETZKY, 2012).

De modo geral, as políticas que fortaleceram um ideal de bem-estar social foram provocadas pelo mesmo sistema perpetrado, qual seja, o capitalismo. É nesse sentido que compreender o Estado de bem-estar como um modo de intervenção estatal para estabilizar a sociedade e administrar seus problemas e desigualdades é, ademais, entender que os problemas e as mazelas sociais estabelecidas foram gerados historicamente por uma estrutura colonizadora e exploratória. O Estado nesse cenário tem, portanto, o papel de metabolizar esses conflitos sociais que se estenderam ao longo dos cinco séculos desde a invasão.

Sob outra perspectiva, destaca-se mais um elemento necessário nessa discussão. Questiona-se: quais sujeitos são mais vulneráveis e dependem das ações do Estado para garantir esse bem-estar social? Como dito anteriormente, os serviços sociais emergem inicialmente para amenizar a vida dos trabalhadores, como uma forma de proteção aos sujeitos mais carentes, sobretudo aqueles que foram acometidos pelo processo de industrialização das cidades.

Outrossim, tendo em consideração toda a historiografia e as amarras que culminaram no brasileiro como povo, enfatiza-se que as políticas de assistência social e a ação do Estado para efetivar o mínimo de ação que possibilite moradia, saúde e educação dos seus cidadãos mais carentes, comprovam que esse grupo auxiliado pelo *Welfare State* pode ser denominado, de modo parcial, de ralé. Para

isso, destacam-se algumas notas reflexivas e necessárias para a continuação dessa análise, elaboradas por Jessé Souza (2020).

2.1.4 A ralé brasileira como força motriz

A gênese da ralé brasileira está posta e, uma vez que o debate identitário é pautado socialmente, podem-se compreender os ecos da desigualdade e do desenvolvimento do país. Desse modo, “tal autocompreensão, por sua vez, é o que permite e explica o desenvolvimento social e político em uma dada direção e não em qualquer outra. É ela que permite explicar porque existem sociedades mais ou menos justas, igualitárias ou liberais” (SOUZA, 2020, p. 47). Edificada por meio de um longo processo de escravidão, o que resultou em uma vasta desigualdade social e ruptura da dignidade humana, adentramos na atualidade e após cento e trinta e quatro anos da abolição da escravatura, colhe-se o resultado violento da colonização e vive-se o apagamento identitário de sujeitos marginalizados, a dita ralé, isto é, “as classes baixas no Brasil, ou mais profundamente seu patamar socialmente inferior, ao qual estamos dando o nome provocativo de ‘ralé” (SOUZA, 2020, p. 52).

Nessas atribuições, destacam-se os apontamentos realizados por Souza (2020), para quem as classes mais pobres resultaram de uma intensa jornada de silenciamento e abandono do Estado, condicionados a viverem conflito e na busca de suas próprias oportunidades, bastando almejar e desejar uma nova realidade, dessa forma, contribuindo para o discurso da meritocracia. É importante destacar que o termo “ralé” não está colocado de forma pejorativa nesse texto, mas sim como forma de chamar atenção para uma classe que, apesar de todo o apagamento histórico, ou invisibilidade social, ainda se revela como um dos pilares para a manutenção do Brasil. São a ralé, os mais pobres, o grupo que não possui um capital cultural e de baixo *status* simbólico (PERDIGÃO, 2015) que mantém o funcionamento dos serviços básicos e essenciais do país, sendo, portanto, a força motriz para o que conhecemos como Brasil.

Ademais, a estrutura econômica brasileira, o mercado de trabalho e seus profissionais, os espaços acadêmicos e o acesso à educação básica e superior são questões centrais no debate em que se vinculam as desigualdades sociais. Por um lado, enquanto um campo de luta de classes e, por outro, como consequência de um

Estado escravagista. Percebe-se, portanto, a naturalização da pobreza e das mazelas sociais como o resultado processual de outrora, suprimindo ou deixando suprimir-se a reprodução e a continuidade de um pauperismo estrutural e histórico.

Para Souza (2020), existe um fator primordial no princípio das desigualdades sociais no Brasil. Além do imaginário e da criação de um mito em torno da brasilidade, de uma identidade nacional, o capital cultural como um elemento que é moldado a partir do núcleo familiar, determina-se a reprodução das desigualdades. Dessa forma, o autor pondera que o capital econômico não é uma pré-condição para situar um sujeito de classe média, uma vez que “as pré-condições sociais que possibilitam a constituição e a reprodução do capital cultural são mais obscuras que as pré-condições que se aplicam à reprodução do capital econômico” (MATTOS, 2011, p. 303).

Destarte, uma vez que o capital cultural é considerado um elemento basilar na constituição de uma classe, coloca-se que, dado o sistema capitalista, o discurso pautado numa igualdade societária e de oportunidades, na qual todos teriam acesso a um capital cultural, torna-se pérfido frente às condições impostas pelo próprio sistema.

A pretensa igualdade de direitos e oportunidades de que goza todo cidadão é uma falácia do regime capitalista que necessita das desigualdades para existir e manter uma estrutura social hierarquizada. No Brasil, essa desigualdade de direitos e oportunidades é ainda mais grave. Se a Constituição Federal instaura a igualdade entre todos os cidadãos, em nossas práticas sociais criamos a ralé como uma categoria de subcidadãos que, nessa posição, não gozam dos direitos constitucionais que deveriam lhes ser reconhecidos e assegurados. A cidadania, portanto, varia em graus de respeitabilidade de acordo com a posição social ocupada pelo indivíduo, o que faz com que a ralé, nas práticas sociais cotidianas, diferentemente do discurso cordial, benevolente, inclusivo e cristão da classe média e alta, seja de fato uma classe muitas vezes posicionada à margem da cidadania, uma classe de subcidadãos (PERDIGÃO, 2015, p. 73).

Os subcidadãos são facilmente esquecidos por políticas de assistência do Estado. Além disso, grande número desses sujeitos possuem subempregos e residem de forma precária. À ralé são negados direitos básicos e um exemplo disso é o drama das empregadas domésticas, assim como apontado por Souza (2020): “a profissão de empregada doméstica é um dos principais meios dos quais mulheres vivem sob condições sociais precárias para obter renda. Um trabalho que certamente exige muito esforço, mas que depende de pouca qualificação” (SOUZA,

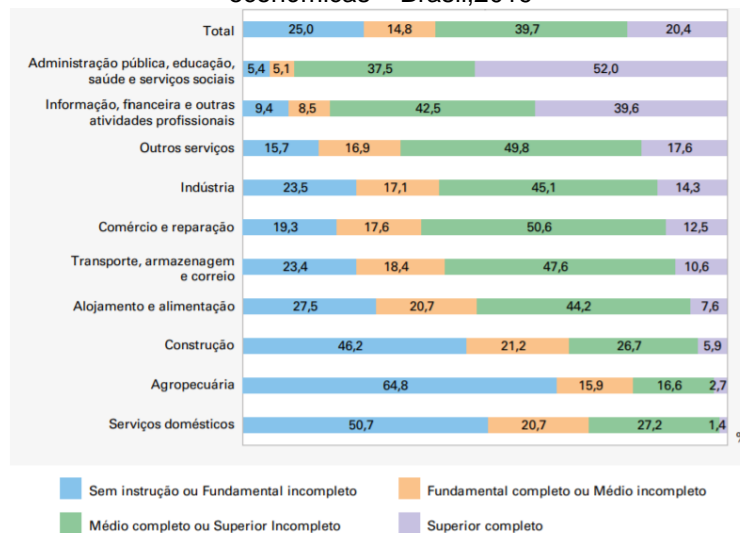
2020, p.141). Importa salientar que as empregadas domésticas só usufruíram de seus direitos básicos a partir de 2015, ano no qual foi determinado a essa classe trabalhista o direito ao FGTS, seguro desemprego com base na Lei complementar nº 150 de 1º de junho de 2015.

Os subcidadãos também podem ser encontrados como uma parcela significativa dos trabalhadores nos setores de serviços domésticos, agropecuária e construção. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), ao tratar da estrutura econômica e mercado de trabalho no Brasil, os dados demonstram que:

[...] o nível de instrução é uma propriedade capaz de diferenciar as ocupações do ponto de vista do prestígio, da hierarquia e dos rendimentos [...]. Em geral, a força de trabalho brasileira possui um baixo nível de instrução, uma vez que, em 2019, 39,8% dos ocupados não possuíam o ensino médio completo. O fato positivo é que esse percentual veio se reduzindo paulatinamente desde o início da série observada, quando chegou a representar 50,5% dos ocupados em 2012. As atividades econômicas de Agropecuária (64,8%), Serviços domésticos (50,7%) e Construção (46,2%) possuíam os maiores percentuais de ocupados sem instrução ou com o nível fundamental incompleto ou equivalente (IBGE, 2020, p. 32).

Os números são extremamente significativos quando observado que, devido à desigualdade social e à falta de acesso à educação, tem-se uma força de trabalho que agrupa uma parcela significativa da população configurada em uma hierarquia social discrepante no que diz respeito às condições negativas, haja vista que, por outro lado, nos setores da “administração pública, educação, saúde e serviços sociais e informação, financeira e outras atividades profissionais, tem-se 52,0% e 39,6% dos trabalhadores, respectivamente, com no mínimo o ensino superior completo” (IBGE, 2020, p. 32) (Figura 1).

Figura 1. Distribuição percentual do pessoal ocupado, por nível de instrução, segundo as atividades econômicas – Brasil, 2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

O gráfico comprova algumas questões já debatidas aqui, dando espaço para incluir na tessitura final desta análise que colonização, classe, raça e desigualdade social são temas correlacionados e que possuem raízes de uma única árvore. Além disto, pondera-se que, de acordo com Pereira (2020, p. 53), “o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira produziu diferentes formas de desigualdade social no Brasil, principalmente a racial. Desigualdade que implica graves consequências para a população negra, parda e indígena [...]”, estes grupos que sofrem e vivenciam demasiadamente na pele e nas estatísticas, com os maiores índices de vulnerabilidade, tanto no âmbito político, social, demográfico e econômico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem dimensionada no presente texto buscou analisar as desigualdades sociais no Brasil a partir da ótica da colonização. Considerando as observações engendradas, destacou-se como as mazelas sociais fazem parte de uma estrutura de exploração e de escravismo secular. Diante disso, montou-se um país que exterminou boa parte de seus povos nativos e que, sob sangue, chicotes, senzalas e casas grandes, esses antecessores construíram o território em que hoje são rejeitados.

A ralé brasileira faz ecoar sua existência por becos e vielas desse país, almejando condições mínimas e estabelecidas por um Estado de bem-estar social. Ademais, as reflexões e os apontamentos citados, com caráter multidisciplinar, destacaram a diversidade de críticas apontadas por diversos autores de campos diferentes, mas que, em certa medida, sintoniza para o aprofundamento da questão central, qual seja, a desigualdade social brasileira.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, L. A. O. **Reflexões sobre o welfare state e sua construção no Brasil**. 2015. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia em Tecnologia e Gestão) - Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa, PB, 2015. 49.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOPES, L. G. (Org). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 151 -172.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

FRAGOSO, J. **Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

HALL, S. **Identidade Cultural da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais.- Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KERSTENETZKY, C. L. **O Estado de bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LIMA, W. S. Um estudo sobre a transfiguração das identidades na modernidade líquida. 49 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História), Centros das Humanidades, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, BA, 2017.

LIMA, V. F. S. A. Caio Prado Junior. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. **Rev. Pol. Públ.** São Luís, v. 12, n. 1, p. 117-124, jan./jun. 2008.

MATTOS, A. Distinção: crítica social do julgamento. **Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, n. 8, p. 303-6, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3077/3077.PDF>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MEDEIROS, M. A. Trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, DF, 2001. <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1514.pdf>. 25 jan. 2022.

MOREIRA, V. M. L. Territorialidade, casamentos mistos e política entre índios e portugueses. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 35, nº 70, 2015. <https://www.scielo.br/j/rbh/a/s8XCQTZNqfzH5J96dbWy9KN/abstract/?lang=pt>. 19 jan. 2022.

MUNANGA, K. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, jul./ out. 2012. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/246/222>. Acesso em: 06 nov. 2021.

PERDIGÃO, D. A. **O canto da sereia? A educação superior como uma (im)possibilidade de mudança na trajetória profissional da ralé brasileira**. 2015. 247 f. Tese (Doutorado em Administração), Centro de Pós-graduação em Administração, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2015.

PEREIRA, F. T. **Desemprego, vidas matáveis e juventude negra da periferia urbana**. 2020, 113 f. Dissertação (Mestrado acadêmico em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2020.

PRADO, L. C. D. O Estado de bem-estar social na idade da razão. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 8, nº13, p. 313 – 320, jul- dez., 2013. <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/152>. 10 jan. 2022.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro, 9 ed. FGV, 2007.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, 3 ed. Global, 2015.

SÁ, V. B. A formação do Brasil contemporâneo por Caio Prado Júnior: contexto, epistemologia e hermenêutica de um clássico da historiografia brasileira. **Revista Symposium**, vol. 2, nº 2, jul. –dez. 1998. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3077/3077.PDF> 23 jan. 2022.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. São Paulo, 3 ed. Contracorrente, 2020.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença**. HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Org.). Vozes, Petrópolis – RJ, 2014, p. 73 – 102.